

Orçamento aprovado aumenta gastos do futuro governo

por Marta Salomon
de Brasília

Em menos de meia hora, o Congresso Nacional aprovou ontem à noite o orçamento da União para 1990. Além de ficar proibido de iniciar novas obras até o final do mandato, o presidente José Sarney está praticamente impedido de vetar a maior parte das emendas incluídas pelos parlamentares. Por um artifício de redação, o presidente teria que derrubar também a indexação do orçamento — o governo defende a correção mensal das despesas.

“Não seria ingênuo de colocar em artigos separados a indexação e a programação especial”, disse o relator-geral, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). A programação lança mão da “economia” obtida com a correção das despesas abaixo da inflação (o redu-

tor) para financiar a maior parte das 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares.

O deputado José Serra (PSDB-SP) ainda tentou derrubar a programação, como apoio do PT. Os projetos incluídos vão aumentar os gastos do futuro governo em NCz\$ 1,677 bilhão, a preços de maio. Só o setor de transportes leva quase a metade dos recursos da programação.

No caminho entre a comissão de orçamento e o plenário do Congresso, o relator incluiu emenda que beneficia os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esses estados vão poder descontar NCz\$ 200 milhões da dívida, a preços de maio, compensando créditos das suas empresas energéticas junto à União. Segundo Tinoco, a compensação foi resultado de uma “negocia-

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

NCz\$ 1.000,00

	Parcial	Total
1. Presidência da República		80.000
Sec. Esp. de Ciência e Tecnologia	80.000	
2. Ministério da Agricultura		248.460
Sec. Geral	31.890	
Embrapa	10.500	
Cibrazem	11.000	
Fundo Federal Agropecuário	5.075	
Fundo de Elet. Rural de Coop.	19.575	
Incra	50.000	
Dnocs/Dnos/Codevasf	120.420	
3. Ministério da Educação		183.117
4. Ministério do Interior		93.009
Sudesul	20.000	
Sudene	13.000	
Sudam	20.000	
Sudeco	20.000	
Ibama	20.000	
5. Ministério da Justiça		10.000
Polícia Federal	10.000	
6. Ministério das Minas e Energia		180.000
Eletrobrás	180.000	
7. Ministério da Saúde		90.000
8. Ministério dos Transportes		792.944
RFFSA	34.070	
GEIOT	1.000	
EBTU	43.453	
VALEC	80.000	
DNER	634.421	
TOTAL		1.677.521

DESPESAS DA UNIÃO

Distribuição por órgão	NCz\$ 1.000,00 (a preços de maio/89)	
	Proposta do governo	Proposta dos parlamentares
Câmara dos Deputados	395.328	432.308
Senado Federal	337.141	360.861
Tribunal de Contas da União	131.040	128.040
Presidência da República	2.604.561	2.577.465
Ministério da Aeronáutica	2.999.736	2.877.736
Ministério da Agricultura	2.610.236	2.671.575
Ministério das Comunicações	55.118	54.683
Ministério da Cultura	179.798	173.469
Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio	805.740	763.728
Ministério da Educação	6.555.452	6.813.744
Ministério da Exército	3.157.358	3.057.358
Ministério da Fazenda	3.719.662	3.683.042
Ministério do Interior	3.658.531	3.663.401
Ministério da Justiça	370.104	372.908
Ministério da Marinha	2.723.842	2.653.842
Ministério das Minas e Energia	230.763	243.089
Ministério da Previdência e Assistência Social	40.902.906	40.518.280
Ministério Público da União	121.040	120.554
Ministério das Relações Exteriores	299.165	291.968
Ministério da Saúde	3.058.491	3.033.149
Ministério do Trabalho	3.613.445	3.066.427
Ministério dos Transportes	4.477.269	4.891.122
Encargos Financeiros da União	216.815.456	216.499.683
Encargos Previdenciários da União	4.975.832	4.975.832
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	14.939.665	14.939.665
Operações Oficiais de Crédito	17.359.152	17.913.552
Judiciário		1.989.038
Subtotal	337.096.831	338.747.229
Reserva de Contingência	1.765.005	114.607
Total	338.861.836	338.861.836

ção política” que teve o apoio do líder do governo, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Os projetos de construção e pavimentação de rodovias foram os que mais se beneficiaram na passagem do orçamento pelo Congresso Nacional. Emendas dos parlamentares no setor de transportes receberam mais NCz\$ 403 milhões, a preços de maio, de recursos remanejados de outras áreas.

A Câmara e o Senado também saíram ganhando. Além de escaparem do corte de 5% nas verbas de custeio que atingiu toda a administração pública, as dotações das duas casas saíram da comissão de orçamento 10% maiores. Cerca de NCz\$ 60 milhões, a preços de maio, “vão financiar projetos administrativos”, segundo explicações do relator-geral.

O Ministério da Aeronáutica também teve reduzido o corte que o deputado Eraldo Tinoco havia determinado em seu primeiro relatório. Segundo o relator setorial, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), o corte

de NCz\$ 150 milhões, se executado integralmente, inviabilizaria o projeto do avião-caça AMX, por exemplo.

Os cortes dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica — juntos — foram inferiores ao determinado ao Ministério do Trabalho. Segundo Eraldo Tinoco, o corte, na realidade, transfere recursos do PIS/Pasep para investimentos do BNDES, principalmente em programas de transporte de massa.

Na mesma sessão em que aprovou o orçamento, o Congresso Nacional autorizou o governo a emitir NCz\$ 27 bilhões em títulos da dívida pública. Os parlamentares aprovaram o pedido de crédito adicional para pagamento de pessoal e adiaram para hoje a votação de outros pedidos que somam, cerca de NCz\$ 70 bilhões em emissão de títulos.